



## ANAIS DE HISTÓRIA DE ALÉM-MAR

Vol. XIII (2012)

ISSN 0874-9671 (impresso/print)

ISSN 2795-4455 (electrónico/online)

Homepage: <https://revistas.rcaap.pt/aham>

---

**Francisco Contente Domingues, *A Travessia do Mar Oceano – a viagem ao Brasil de Duarte Pacheco Pereira em 1498*, Lisboa, Tribuna da História, 2012, 101 pp.  
ISBN 9789898219374**

István Rákóczi 

---

### Como Citar | How to Cite

Rákóczi, István. 2012. «Francisco Contente Domingues, *A Travessia do Mar Oceano – a viagem ao Brasil de Duarte Pacheco Pereira em 1498*, Lisboa, Tribuna da História, 2012, 101 pp. ISBN 9789898219374». *Anais de História de Além-Mar* XIII: 489-492. <https://doi.org/10.57759/aham2012.37187>.

### Editor | Publisher

CHAM – Centro de Humanidades | CHAM – Centre for the Humanities  
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas  
Universidade NOVA de Lisboa | Universidade dos Açores  
Av.ª de Berna, 26-C | 1069-061 Lisboa, Portugal  
<http://www.cham.fcsh.unl.pt>

### Copyright

© O(s) Autor(es), 2012. Esta é uma publicação de acesso aberto, distribuída nos termos da Licença Internacional Creative Commons Atribuição 4.0 (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt>), que permite o uso, distribuição e reprodução sem restrições em qualquer meio, desde que o trabalho original seja devidamente citado.

© The Author(s), 2012. This is a work distributed under the terms of the Creative Commons Attribution 4.0 International License (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>), which permits unrestricted reuse, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.



As afirmações proferidas e os direitos de utilização das imagens são da inteira responsabilidade do(s) autor(es).  
The statements made and the rights to use the images are the sole responsibility of the author(s).

Francisco Contente DONINGUES, *A Travessia do Mar Oceano – a viagem ao Brasil de Duarte Pacheco Pereira em 1498*, Lisboa, Tribuna da História, 2012, 101 pp. ISBN 9789898219374.

Quantas vezes já nos deparámos, enquanto conferencistas, com o eterno problema prático e ético de querermos «acertar» a produção de um texto que se destinará ao ouvido e, se possível, posteriormente, também à leitura? Géneros aparentemente espontâneos, como discursos, lições e outras intervenções académicas, engrossam uma longa lista de modalidades da dita «produção científica», cuja retórica (com os seus efémeros correlatos, voz, tónica, interpretação, estilo) nem sempre se dispõe a um convívio pacífico com a chamada «prosa científica», assente em valores e paradigmas não só diferentes, como opostos, com as suas ferramentas *sui generis*, como a citação, as notas de rodapé, a bibliografia, etc. Escrevemos para um público ouvinte ou para um leitor? O discurso obedecerá, afinal, a que «norma»? Se calhar, e ultimamente cada vez mais, numa sinestesia geral do *modus operandi* moderno, obedecerá a um *powerpoint*, que revoluciona mas também reposiciona os meios (*media*) que privilegiam, ao conteúdo, a forma em que ele se apresenta.

Esta introdução «genológica» surge a propósito de uma notável e – como agora já fica a notícia – também notada obra de Francisco Contente Domingues, cuja brevidade (reparemos no binómio e na diferença entre uma «obrinha» e um «opúsculo», quando se trata, ao fim de contas, em termos técnicos, de uma obra de pequena dimensão) está inversamente correlacionada com a gravidade da mesma, e que é uma versão (re?)escrita de suas provas de agregação.

O nome da editora é igualmente sugestivo: Tribuna da História, cuja colecção «Navios e Oceanos» já incluía títulos, que, tal como a iniciativa, deviam ter sido notados anteriormente. Tribuna: um termo polissémico (lugar alto, púlpito de tribunal, assento, i.e. um lugar específico num recinto público – por exemplo, num estádio) que apresenta conotações históricas várias, perfeitamente compagináveis com o género académico que está na base e no propósito da obra lançada. Há júri (jurados), há público que «torce» a favor ou contra (para apontar algumas das similitudes mais evidentes), e há, sobretudo, uma arguição. A eloquência (pois «arte de falar em público» é igualmente uma acepção em sentido figurado do termo «tribuna») associa-se a uma capacidade de «defender» um tema, cujo magistério se encontra vinculado aos mestres da palavra, e faz parte da(s) sua(s) prova(s). Há que provar, no caso específico, uma aptidão: a capacidade acreditada através de um discurso, que deve ser regido pela mesma lógica de qualquer trabalho científico, i.e. prova de uma tese.

Está mais do que provado que Francisco Contente Domingues, cujo perfil académico carece de uma apresentação nestas páginas ou noutras que tratem temas como a história da expansão portuguesa e europeia, historiografia ibérica, história da ciência, náutica, construção e arqueologia navais, cartografia aplicada, etc., é das autoridades mais categorizadas para se pronunciar sobre o *Esmeraldo de situ orbis*, e que decerto devemos ouvir com toda a atenção. O Professor probo e aprovado é portanto chamado à barra do depoimento.

Ora, o tema do cativante trabalho do ilustre docente da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa é apenas uma pequena passagem de Duarte Pacheco Pereira, que, como um *leitmotiv*, surge repetidíssimas vezes citada (e relembada) nas «tocatas e fugas» deste verdadeiro discurso sinfónico. Para não a perdermos da vista, fique aqui também citada, como um mote: «[no ano] de mil quatrocentos e noventa e oito, donde nos Vossa Alteza mandou descobrir a parte ocidental, passando além a grandeza do mar oceano, onde é achada e navegada uma tão grande terra firme...».

Desde que foi descoberto e publicado em 1892 o manuscrito, a obra de Duarte Pacheco Pereira suscitou o mais vivo interesse dos especialistas dos vários campos que o próprio Francisco Contente Domingues cultivava. Começamos pelo dos historiadores. A data, anterior ao «descobrimento» de Pedro Álvares Cabral, e a referência a uma viagem transoceânica não registada pela historiografia resultam numa consequência bombástica: o Brasil (pelo menos a parte das Américas que mais tarde pertenceria à Coroa portuguesa) fora «achado» mais cedo do que se pensava. Mas o acerto cronológico é transcendido pela sua repercussão. Em 1922, Jaime Cortesão avança a ideia de que «a ausência da informação acerca desta navegação dever-se-ia a uma “política de sigilo severíssimo” – ideia que posteriormente desenvolve em termos que ainda nos nossos dias continua a suscitar grande controvérsia»<sup>1</sup>. Qual é a posição de Francisco Contente Domingues? O autor, que dedicou, aliás, brilhantes estudos à tese de Cortesão<sup>2</sup>, tem a sorte de não ficar mal interpretado pela imprensa, quando assinala ao grande público a existência de uma forte ligação entre a viagem cabralina e a do *Aquiles Lusitano*<sup>3</sup>. Tal como Pierre Chaunu, que ao falar sobre os grandes descobrimentos geográficos desdobra o complexo fenómeno em dois conceitos interligados, i.e. descobrimento e exploração do território, Francisco Contente Domingues encontra uma «ferramenta mental» particularmente feliz quando discerne entre «chegar» e «saber lá voltar», ou seja a utilidade prática da navegação realizada. A reinterpretação do conceito de «descobrir», neste caso, coloca fora do âmbito de interesse toda e qualquer especulação que *a posteriori* possa tecer-se à volta do significado duma viagem, não negada, mas tão-só relegada para um segundo plano. O próprio Duarte Pacheco Pereira não se considerava descobridor do Brasil (o Brasil que efectivamente possa ter pisado), isentando-se da «construção» desse espaço, tanto para os efeitos da sua concepção e organização, como para o seu aparente mapeamento ou reconhecimento. Por conseguinte, não existe motivo por que lhe devamos atribuir algo de que não foi autor.

Seguindo a lógica formal, Francisco Contente Domingues opera a partir de uma pergunta que, apesar de evidente, nunca tinha sido claramente formulada até ao momento: que terá pensado o navegador sobre a terra que visitou e sobre a importância da sua viagem? Dessa maneira, Contente Domingues começa a separar o que o tempo baralha, varrendo as suas fronteiras num único conjunto do conhecimento. Ao isolar duas realidades diacrónicas, a do «Brasil» actual, e a de Duarte Pacheco Pereira, «de acordo com a sua própria mundividência» (p. 13), abre as portas a uma reinterpretação de textos e passagens coligadas ao citado, em que reside a outra viragem metodológica, que, à falta de algo melhor, chamaria macrofilológica. Trata-se de elucidar o contexto, a começar

---

<sup>1</sup> Filipe Nunes de CARVALHO, «Jaime Cortesão, historiador dos descobrimentos: primeiros passos», *Mare Liberum*, n.º 4, Dez. 1992, p. 20.

<sup>2</sup> «A política de sigilo e as navegações portuguesas no Atlântico», *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, Angra do Heroísmo, Vol. 45, n.º 1, 1987, pp. 189-220, e *Colombo e a política de sigilo na historiografia portuguesa*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1992.

<sup>3</sup> Entrevista por Frederico CARVALHO: «O caso Pacheco Pereira», *O Público*, 14 Out. 2012. Cf. também comentários no outro lado do Atlântico, como, por exemplo, João Pereira COUTINHO: «Quem descobriu o Brasil?», *Folha de São Paulo Ilustrada*, 23 Out. 2012 [Consultados a 15 de Janeiro de 2013, nas suas edições electrónicas].

pelo do capítulo segundo do Livro I – documento publicado em anexo, com os itálicos que introduz ao texto emprestado da edição crítica de Joaquim Barradas de Carvalho do *Esmeraldo de situ orbis*, alargando progressivamente a sua leitura para campos textuais e conceptuais.

Num artigo publicado ainda em 1964 na *Revista de História* da USP<sup>4</sup>, Joaquim Barradas de Carvalho lança-se a solucionar o enigma da palavra «*Esmeraldo*» do título da obra, e cita Lindolfo Gomes, que, numa das mais curiosas etimologias já sugeridas, julga ser possível deduzir «*Esmeraldo*» de «ex-me eraldo», que decorreria, por sua vez, de «eis me heraldo» (*sic*). O título da obra significaria, portanto, «eis-me pregoeiro do que existe». Brincando com essa expressão, poder-se-ia dizer que Francisco Contente Domingues não é pregoeiro (sobretudo) do que já não se sabia, mas do que se sabe, num saber/conhecimento/informação compartimentado pelos domínios de vários especialistas, utilmente conjugado sob uma nova sinergia, para profícua reflexão<sup>5</sup>. É precisamente nisso que reside a mais-valia do seu aporte.

Citando livremente outros estudos de Joaquim Barradas de Carvalho<sup>6</sup>, sabemos que, embora ao longo da obra de Duarte Pacheco Pereira se empregue mais de uma dúzia de vezes a palavra «mapa» para referir extratextos que estão em falta no manuscrito, não estamos diante de um «atlas». O que não invalida poder associar o seu livro a representações gráficas de outros, para reconhecer por eles e nos seus traçados a «mundivisão» do *Aquiles Lusitano*. Sabemos – e, mais uma vez, é Barradas de Carvalho que não se cansa de dizê-lo em praticamente todos os passos da sua obra<sup>7</sup> – que o *Esmeraldo* «combina livro de cosmografia e regimento de navegação», sendo, de facto, «um livro de geografia e de cosmografia», «um livro de cosmografia e de marinharia». Ora, Francisco Contente Domingues faz a exegese do texto sob o ponto de vista da geografia, da cosmografia e da marinharia, e o seu exercício da hermenêutica plural é coroado de êxito talvez também no campo dos emergentes *visual studies*, no sentido de vir a encontrar na iconografia, perfil e desenho do mapa-mundo de Lopo Homem (de 1519) os elementos que podem explicar o emaranhado de um «olhar» experimentalista e de uma «visão» especulativa. Com um vasto domínio das crónicas e a aplicação da mais moderna literatura secundária internacional sobre estas matérias, o autor consegue tirar novas conclusões: foi a terra que «circum-fechava» o globo que Duarte Pacheco Pereira julgou «descobrir» na sua viagem, de acordo com os seus pressupostos livrescos. Por essa viagem e, paradoxalmente, graças ao seu «empirismo», Pacheco Pereira reafirmou uma «mundividência» «presa a uma leitura convencional das fontes de que se serviu, por isso fechada à eclosão da novidade radical que alguns já aceitavam, ou seja, a existência de um quarto continente. E com ela certificou um erro» (p. 78). Eis, em síntese, o «grão» da tese inovadora.

Mas quais serão as conclusões que todos nós, não especialistas destas matérias, podemos tirar, sobretudo da «atitude» do seu autor? Quem escreve estas linhas confessa – e provavelmente não ficaria só ou mal acompanhado na sua opinião – que estava convencido de ter sido dito já e «arrumado» todo e qualquer aspecto que se relacionasse

---

<sup>4</sup> «A decifração de um enigma: o título “*Esmeraldo de Situ Orbis*”». Disponível em <http://revhistoria.usp.br/images/stories/revistas/058/A004N058.pdf> [Consultado a 13 de Junho de 2013].

<sup>5</sup> No *koiné* grego existe uma meticulosa separação das diferentes formas do «saber», que vão desde a informação, a inteligência natural, até à abstracção, ou à capacidade de vermos com panopticidade. Refiro-me a uma capacidade de ver integrados saberes «analíticos».

<sup>6</sup> *Revista da História*, n.º 70, 1967.

<sup>7</sup> De que existe uma edição de 1971 com o mesmo título. Estas peças são acessíveis também na rede (agradeço aqui a indicação a Tiago C. P. dos Reis Miranda): [http://revhistoria.usp.br/index.php?searchword=Barradas+de+Carvalho&ordering=&searchphrase=all&option=com\\_search&lang=en](http://revhistoria.usp.br/index.php?searchword=Barradas+de+Carvalho&ordering=&searchphrase=all&option=com_search&lang=en) [Consultado a 13 de Junho de 2013].

directa ou indirectamente com o *Esmeraldo de situ orbis*. A partir da «obra da sua vida», como Luís de Albuquerque qualificou o empenho com que tratava o *Esmeraldo* Joaquim Barradas de Carvalho, o livro encontrara «o seu Leitor», que, de mãos copiosas e generosas, semeara uma dúzia de trabalhos filológicos sobre Duarte Pacheco Pereira, publicara a edição crítica e enquadra-a em sínteses de maior voo. Mesmo assim, e apesar de não se terem encontrado novos documentos que arrojassem nova luz sobre o *Esmeraldo*, sempre encontramos métodos e raciocínios diferentes, que introduzem novas achegas ou reinterpretações possíveis. O método muito me cheira a seguir o caminho aberto pelo nosso saudoso mestre Luís de Albuquerque, cuja lógica interpretativa me disponho a celebrar reencontrada neste trabalho de seu excelente discípulo. A elegância da escrita não fica aquém da liberalidade com que Francisco Contente Domingues trata outros intérpretes, quando, por exemplo, desbloqueia uma certa quarentena em que ficaram isoladas algumas das afirmações mais assisadas de Alfredo Pinheiro Marques, ou quando admite que, em dado aspecto, podia «assistir toda a razão a [Jaime] Cortesão». Esse reconhecimento em relação a alguém cujo ponto de vista, tese ou «agenda» pode ser rejeitado ou reapreciado no seu conjunto, é de um *fair play* científico praticado hoje por menos que poucos. O método filológico, uma sombra fecunda de uma outra escola, a italiana de Luciana Stegagno Picchio, mas, e em primeiro lugar, de Carmen Radulet, entre as grandes senhoras presentes-ausentes da historiografia portuguesa, é outro aspecto que merece destaque. Gostei pessoalmente menos daquele Francisco Contente Domingues que prefere citar os «clássicos» da história da cartografia anglo-saxónica aos da nacional; que prefere o inglês ao português (Marica Milanese não aparece citada; Joaquim Alves Gaspar, só em inglês). Admito, no entanto, que esta atitude seja também pedagógica.

Já agora, qual o ensinamento que mais devemos reter da sua lição? Provavelmente, em vez de ficarmos ruborizados, temos de assumir que a nossa própria concepção do mundo pode mudar, e que aquela resposta que formulámos já uma vez, ou de outras formas e em outros foros, pode dar precedência a novas e diferentes reelaborações. Além disso, talvez também devamos aprender a assumir uma atitude de maior prudência na avaliação da produtividade académica: porque um ensaio numa revista especializada e um livro, por magro que pareça, têm impactos completamente distintos<sup>8</sup>. Para o autor, que assídua e assumidamente critica o pós-modernismo, e prefere o estudo aprofundado das fontes à aridez dos postulados teóricos, não existe uma posição mais adequada. Concluamos, com a filípica de Pacheco, e sua mais famosa frase feita: «A experiência é madre de todas as cousas.»

ISTVÁN RÁKÓCZI

(Universidade Eötvös Loránd, Budapeste)

---

<sup>8</sup> Refiro-me aqui a «Passando além a grandeza do mar oceano: a viagem de Duarte Pacheco Pereira em 1498», *Stvdia*, n.º 58/59, 2001/2002, pp. 113-129.